

POSSE NO CARGO DE DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRT DA 3ª REGIÃO

Sebastião Geraldo de Oliveira

Saudações

Excelentíssimo Senhor Desembargador Valdir Florindo, Presidente do TRT da 2ª Região, em nome de quem cumprimento todos os magistrados da Região Sudeste;

Excelentíssimo Senhor magistrado do TRT da 8ª Região, Dr. Ney Maranhão, em nome de quem cumprimento todos os magistrados e amigos da Região Norte;

Excelentíssima Senhora Desembargadora Ivana Mércia de Magaldi, Presidente do TRT da 5ª Região, em nome de quem cumprimento todos os magistrados da Região Nordeste aqui presentes;

Excelentíssimo Senhor Desembargador José Ribamar Oliveira Lima, Presidente do TRT da 10ª Região, em nome de quem cumprimento todos os magistrados da Região Centro-Oeste aqui presentes;

Excelentíssimo Senhor Desembargador Alexandre Corrêa da Cruz, Presidente do TRT da 4ª Região, em nome de quem cumprimento todos os magistrados da Região Sul;

Meus queridos familiares, aos quais cumprimento nas pessoas da minha estimada mãe, Ana Maria de Oliveira, e da minha esposa, Fátima Sueli de Oliveira;

Caríssimos colegas, advogados, servidores, amigos e demais presentes;

Senhoras e senhores,

Agradecimentos

Minhas primeiras palavras neste momento solene são de agradecimento a Deus pela proteção que sempre recebi em cada passo da minha jornada. Como menciona o Apóstolo Paulo na Carta aos Coríntios: “Eu plantei, Apolo regou, mas o crescimento veio de Deus”¹. Essa convicção me fortalece, me impulsiona para prosseguir no cultivo da boa semente e na esperança da permanente proteção superior para obter colheita generosa.

Em segundo lugar, gostaria de agradecer aos meus pares pela confiança em mim depositada, ao me elegerem Presidente, juntamente com os demais colegas que vão compor a Administração. Estou seguro de que todos vão contribuir efetivamente para o êxito da nossa gestão no biênio 2026/2027. Percebo esse sentimento colaborativo em cada olhar, em cada aperto de mão, em cada cumprimento afetuoso. Agradeço também ao colega e amigo Ricardo Antônio Mohallem pelas palavras tão inspiradas e enaltecidas na minha apresentação. Lembro-me, neste passo, da frase do americano Kin Hubbard: “Amigo é aquele que sabe tudo a seu respeito, e, mesmo assim, ainda gosta de você”.

É meu dever também registrar nosso reconhecimento de gratidão a todos os nossos antecessores que conseguiram edificar um Tribunal respeitado no Brasil pela tradição de eficiência, celeridade e qualidade das suas decisões. Meu desafio será ainda maior porque vou suceder à Administração exitosa da colega e amiga Denise Alves Horta, que está deixando um legado de muitas realizações.

Aliás, terei o privilégio de contar com três colegas do meu concurso de ingresso na magistratura do ano de 1986 ainda presentes na composição da Corte, os ex-presidentes: Desembargador Marcus Moura Ferreira, Desembargador Ricardo Antônio Mohallem e Desembargadora Denise Alves Horta. Tenho certeza de que todos serão meus qualificados conselheiros e sei que vão emprestar o melhor das suas experiências para me auxiliar nos desafios da gestão do Tribunal.

Também quero mencionar nesta oportunidade a minha satisfação por contar com

colegas de Administração tão diferenciados: O Dr. José Marlon de Freitas como 1º Vice-Presidente; a Drª Maria Cecília Alves Pinto como 2ª Vice-Presidente; a Drª Maristela Iris da Silva como Corregedora; o Dr. Antônio Gomes Vasconcelos como Vice-Corregedor; a Drª Maria Cristina Diniz Caixeta como Ouvidora e o Dr. Vicente de Paula de Paula Maciel Júnior como Vice-Ouvidor. Esses colegas darão um suporte de segurança fundamental para enfrentamento dos desafios que nos esperam.

Minha história

Hoje é um dia muito especial para mim, de intensas e variadas emoções. Nas minhas aspirações de jovem matuto do interior, mesmo após a formação em Direito, nunca havia passado pelas minhas cogitações que um dia seria magistrado e que chegaria a ocupar a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região; mas, a deliberação insondável do Criador Maior direcionou os caminhos, fortaleceu os passos, inspirou as ideias e ampliou meus ideais.

Nasci no interior das Minas Gerais, na zona rural do pequeno Município de Belo Vale, cujo prefeito José Lapa hoje aqui me honra com a sua presença. Ainda menino, observava intrigado a arquitetura singular do João-de-barro, o canto das seriemas e, no cair da noite, contemplava embevecido o espetáculo magnífico do céu estrelado. Enquanto isso, numa mata próxima o curiango, ave de hábitos noturnos, anunciava em tom solene: “amanhã eu vou”! E eu pensava absorto: amanhã eu vou, mas será pra onde?

Cresci na largueza do campo, na poeira do estradão, ouvindo o mugir do gado, o som onomatopeico do bem-te-vi, o galo cantando, repito: o galo cantando!

Na minha infância e adolescência montei em “cavalo brabo”, entrei no mato com cachorro, provei o sabor das frutas silvestres, tomei banho nos riachos, bebi água da mina na folha do inhame, andei de carro de boi, licei um touro na corrida e comemorei a façanha como aprendiz de boiadeiro. Frequentei tantas novenas, segui muitas procissões, cantei na folia de reis e até me aventurei como repentista na fogueira de São João.

Também presenciei e até colaborei nas tarefas do plantio e na fatura das colheitas e pude testemunhar diretamente o suor sagrado do homem do campo para assegurar o seu e o nosso pão.

Fui alfabetizado em casa por minha querida mãe, que hoje me assiste, muito lúcida, no conforto do lar pela transmissão ao vivo desta solenidade. Em muitas noites, sob a luz de uma simples lamparina e o cheiro marcante do querosene, fui aprendendo a identificar letras, soletrar sílabas, articular palavras, montar frases e apreciar a leitura... Quando lancei meu primeiro livro entreguei a ela um exemplar com a dedicatória: “À senhora que me ensinou a ler, veja que agora estou até tentando escrever!”.

Quando a noite chegava devagar e a lua misteriosa começava a banhar a paisagem rural com seus raios dourados, meu saudoso pai José Vieira de Oliveira - o Zezito Vieira -, depois da labuta de cada dia, sentava-se respeitoso em um banco da sala para ouvir do rádio ligado o locutor anunciar: “Boa noite. Em Brasília, 19 horas. Estes são os destaques da edição de hoje da voz do Brasil”. E a melodia inconfundível da ópera de Carlos Gomes “O Guarani” ecoava solenemente naquele ambiente. Frequentemente participava desse “ato cívico”, tentando compreender a sua importância. Algumas vezes meu Pai terceirizava a oitiva e depois me pedia um resumo do que eu tinha ouvido de mais importante. Ao meu inesquecível Pai, meu paradigma primeiro, nas luzes do infinito onde se encontra, minha eterna gratidão...

Mas os roteiros de Belo Vale que marcaram minha adolescência indicavam que deveria prosseguir em busca de novos horizontes. Então, o destino e a vocação impulsionaram minha mudança de um Belo Vale dos sonhos para um Belo Horizonte

desafiante!

E foi assim que, depois de me formar em Direito no ano de 1982, no dia 14 de abril de 1986 fui empossado como Juiz do Trabalho da 3ª Região, pelo saudoso magistrado José Waster Chaves.

Guardei a bota e o chapéu, arqueei cuidadosamente na memória as aventuras do ambiente rural, vesti a toga, prestei juramento, comprei terno e gravata mais um amontoado de livros para exercer a missão de julgar. E hoje, após 39 anos de magistratura, tomo posse como Presidente do Tribunal!

Desejo registrar, contudo, neste ato solene, que eu estou bem consciente de que o cargo que vou ocupar é, de fato, muito importante, mas a minha participação é transitória. A grandeza, portanto, é do Tribunal e não da minha pessoa, visto que apenas assumo o compromisso e terei a honra de servir temporariamente a uma instituição muito respeitada.

Meus projetos

Cada Administração do Tribunal tem suas marcas, seus caminhos, suas escolhas. Basta visitar a galeria das fotos dos ex-presidentes para recordar suas principais realizações. A nossa Administração hoje empossada resolveu adotar como diretrizes principais sete condutas, todas começando com a letra “C”:

1ª. Comprometimento permanente, para procurar fazer bem-feito o que nos compete;

2ª. Cordialidade pacificadora, para lembrar que resultados também se constroem com respeito a todos e com o cultivo da paz;

3ª. Criatividade produtiva, para inovar mesmo quando os recursos são poucos e procurar soluções diferentes para antigos problemas;

4ª. Capacitação direcionada, para aprimorar a forma de servir e acompanhar a velocidade das transformações;

5ª. Coragem empreendedora, para decidir e avançar sem hesitações, mesmo diante dos obstáculos;

6ª. Colaboração solidária, para que o trabalho de um fortaleça o de todos em regime de conexão funcional e complementariedade;

7ª. Compartilhamento das boas práticas, porque conhecimento e experiência crescem quando são divididos e aumentam a produtividade.

Quero mencionar que a diretriz do “comprometimento permanente” foi indicada em primeiro lugar. Nos 730 dias da nossa Administração estaremos integralmente dedicados ao Tribunal, dialogando com todos, com as Associações de magistrados e servidores, empenhando tempo e energia para o bem da Administração e da Justiça do Trabalho.

Sigo neste passo o mesmo pensamento e postura do atual Presidente do TST, Ministro Luiz Phillipe Vieira de Mello, que afirmou no seu discurso de posse:

Este tempo exige de nós a coragem e a ousadia para que a sociedade reconheça a importância de um Judiciário forte, independente e altivo, que não busque servir a si próprio, mas (servir) à sociedade brasileira. Este tempo exige de nós menos polarização e mais convergências.

Também nós, Ministro Luiz Phillipe, estaremos atentos e motivados para enfrentar os grandes desafios que atormentam o Poder Judiciário na atualidade e não vamos fugir da

responsabilidade de tentar colaborar para as soluções cabíveis, especialmente no âmbito da 3ª Região.

Nessa linha de pensamento lembro-me do verso inspirado da mineira Adélia Prado: “Não quero faca nem queijo, quero a fome”². Fome de ser, de sentir, de servir. Fome de cumprir o que me cabe. A vida é um dever que se cumpre todos os dias, e o amor é o modo de fazê-lo sem reclamar e com significado.

Desde a minha posse como Juiz do Trabalho em 1986, cultivo e renovo diariamente minha devoção à Justiça do Trabalho. Nessas quase quatro décadas de atuação, posso testemunhar a sua importância para a estabilidade das relações trabalhistas no Brasil.

A Justiça do Trabalho, que em 2025 completou 84 anos, segue cumprindo seus objetivos históricos. Como bem acentuou o jurista Orlando Gomes, a Justiça do Trabalho é “[...] um órgão especializado da ordem jurídica destinado à solução dos conflitos entre trabalhadores e empregadores, cuja finalidade é assegurar a paz social mediante a aplicação dos princípios próprios do Direito do Trabalho, orientados pela proteção do trabalhador e pela justiça social”³.

No início do século passado a questão trabalhista no Brasil era vista como uma questão de polícia. Com a criação da Justiça do Trabalho em 1941, as partes passaram a contar com um órgão estatal instrumentado para dirimir os conflitos de forma civilizada e respeitosa. Nas salas de audiência ou nas sessões de julgamento do TRT, podemos presenciar diariamente o ponto final dos inúmeros conflitos entre o capital e o trabalho. Na feliz síntese do saudoso jurista Benedito Calheiros Bomfim, “[...] a Justiça do Trabalho, pois, funciona como um aliviador da efervescência social, um amortecedor dos conflitos de classes”⁴.

Vamos atuar em conjunto com a OAB, Ministério Público do Trabalho, Ministério do Trabalho e Emprego, empresas e sindicatos para tentar esboçar caminhos criativos para reduzir a litigiosidade e a recorribilidade. É imperioso incentivar mais e mais a mediação e a conciliação, combater a litigância abusiva, facilitar a negociação coletiva e atuar para construir a pacificação possível entre capital e trabalho, de modo a instrumentalizar os princípios constitucionais da valorização do trabalho humano e da livre iniciativa.

O que queremos é revisitar antigos comportamentos com um novo olhar para divisar caminhos menos litigiosos. Nossa magistratura é composta de muitas mentes brilhantes e servidores qualificados e, portanto, poderemos, em conjunto com as demais instituições, construir soluções inovadoras de pacificação.

Os juízes da primeira instância atuando diretamente com as partes também têm muito a contribuir neste aspecto. A sociedade enxerga a Justiça do Trabalho a partir da experiência que vivencia e de como as partes são atendidas e tratadas especialmente nas Varas do Trabalho.

Na Justiça do Trabalho a diplomacia do magistrado celebra verdadeiros tratados de paz, e evita a imposição forçada da solução pelo julgador. Guardo na memória momentos inesquecíveis de conciliações bem-sucedidas, das lágrimas vertidas pelas partes na celebração dos acordos, do triunfo luminoso do entendimento superando as asperezas agressivas das relações litigiosas.

Firmes nesses valores, atuaremos incansavelmente para que a Justiça do Trabalho continue a ser reconhecida como uma Justiça ágil e efetiva, cumprindo a sua missão institucional.

Também vamos direcionar esforços para acelerar a implementação da era dos precedentes no âmbito do TRT3. Além do alinhamento necessário aos precedentes, súmulas e teses fixados pelos Tribunais Superiores, é muito importante que os advogados e os jurisdicionados saibam antecipadamente qual o entendimento que prevalece no âmbito do Tribunal Regional. As decisões divergentes geram insegurança jurídica, dificultam o

planejamento empresarial e passam uma mensagem distorcida para a sociedade de uma justiça fragmentada, hesitante, que produz decisões diversificadas conforme os rumos imponderáveis da distribuição.

Tema da saúde do trabalhador

Quero também proferir algumas palavras sobre um tema que me é muito caro: a saúde do trabalhador, ao qual tenho me dedicado nos últimos 30 anos.

Estamos cientes de que o trabalho que dignifica também danifica e nessa hipótese surge o imperativo da imediata reparação ao lesado.

O trabalhador sai de casa para ganhar a vida, não para encontrar a morte, doenças ou mutilações. A grande maioria dos acidentes do trabalho são previsíveis e por consequência são também preveníveis. Acidentes não acontecem por acaso, ocorrem mais por descaso. Os acidentes não deveriam fazer parte do mundo do trabalho. E a postura firme e rápida do Judiciário trabalhista aponta para todos a necessidade da implementação efetiva da cultura da prevenção.

A inspiração para escrever os livros surgiu em razão do enfrentamento dos casos práticos dos litígios trabalhistas. Escrevo, tentando encontrar soluções justas para os problemas que vivencio na atividade judicante, para os dramas que são expostos nas salas de audiência ou nas sessões do Tribunal. Sou magistrado por vocação e escritor por provocação.

Assumir o compromisso de contribuir para implementar a Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho não é mais uma questão de escolha ou de conveniência política, é um imperativo moral e de consciência. Não se pode deixar para remediar tardiamente tudo aquilo que é possível prevenir tempestivamente.

Princípio da cordialidade pacificadora

Daremos um especial destaque para a diretriz da “cordialidade pacificadora”. É preciso cultivar a paz com empenho para viabilizar um ambiente de trabalho saudável, harmonioso e cooperativo. Na Carta Constituição da UNESCO de 1945 está mencionado: “Como as guerras nascem no espírito dos homens, é no espírito dos homens que devem ser erguidas as defesas da paz”.

Queremos um Tribunal forte, unido, produtivo e pacificado, que não perde energias com desentendimentos internos. Naturalmente vamos discutir ideias ou teses e isso faz parte da nossa profissão, mas não vamos desviar o foco para discutir pessoas. Neste sentido lembro-me da lição da Psicóloga paranaense, estudiosa da cultura da paz e não violência, *Joyce Kelly Pescarolo*: “Para praticar a paz é necessário que a vivenciemos todos os dias em pensamentos e ações, isso é o que nos faz humanos. A paz não é só um discurso é um percurso!”.

Quero dirigir ainda algumas palavras aos nossos servidores. O sucesso de qualquer Administração passa pelo respaldo imprescindível dos servidores. Vamos atuar para ter um ambiente de trabalho saudável, ético, respeitoso, justo, comprometido e fraterno para proporcionar a satisfação e o orgulho de atuar como funcionário do Tribunal. Tenho consciência da qualidade dos servidores muito bem selecionados pelo critério constitucional do concurso público e vamos aproveitar a colaboração e as boas ideias de todos.

Os componentes da Administração que hoje tomam posse estão também comprometidos para oferecerem o melhor de cada um para o enfrentamento dos desafios. Nas nossas reuniões preparatórias da transição noto em todos um brilho no olhar, um entusiasmo contagiante e o desejo de realizar o melhor. Neste ponto lembro-me da

afirmativa inspirada de Emmanuel pela pena abençoada de Francisco Cândido Xavier: “À maneira que se nos alonga a ascensão, entendemos com mais clareza a necessidade de trabalhar por amor de servir”. Não podemos garantir os resultados, mas podemos sim prometer todo o nosso empenho!

Palavras de encerramento

Antes de encerrar gostaria de agradecer à equipe do meu gabinete que há muitos anos me acompanha e me dá respaldo em todas as atividades. Cumprimento a todos na pessoa da Flávia Lemos.

Finalmente agradeço à minha família que me dá o suporte seguro para seguir em frente. À Sueli, minha mulher, companheira de sempre, refúgio seguro de afetividade e parceira fervorosa de todas as emoções. Aos meus filhos Leonardo, Vitor e Henrique, com as minhas noras Flávia e Veneza e minhas netas Flora e Júlia que completam minha ventura e a esperança no porvir. A todos vocês meu abraço apertado de reconhecimento, cumplicidade e muito amor.

Muito obrigado pela presença e atenção de todos!

Belo Horizonte, 15 de dezembro de 2025.

¹ I Coríntios, 3:6.

² PRADO, Adélia. *O coração disparado*.

³ *Curso de Direito do Trabalho*, 9ª ed. Forense, 1988.

⁴ *Rev. TST*, Brasília, vol. 77, n. 2, abr./jun. 2011.